

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ALEXANDRE BARBOSA CHAGAS**

**A notícia da "onda de suicídio" em Bonito (MS): reflexões currículo-pedagógicas a partir da religião, do jornalismo e das políticas de saúde.**

**Campo Grande/MS  
2023**

**ALEXANDRE BARBOSA CHAGAS**

**A notícia da "onda de suicídio" em Bonito (MS): reflexões currículo-pedagógicas a partir da religião, do jornalismo e das políticas de saúde.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Duque

**Campo Grande/MS  
2023**

## RESUMO

O suicídio é retratado aqui como um fenômeno social que assola a humanidade há muitos séculos e que na contemporaneidade, principalmente com a pandemia de Covid-19, houve agravamento. Buscando melhor compreensão desse fenômeno, foi analisado uma notícia veiculada no jornal digital Campo Grande News sobre uma série de suicídios ocorrido na cidade de Bonito (MS), no início do ano de 2023. O objetivo da análise foi de abrir uma discussão sobre o tema suicídio sob os aspectos sociológicos e, para isso, foi desenvolvido o assunto com abordagens no campo da religião, do jornalismo e da saúde pública. A partir desse artefato cultural, a notícia jornalística, que foi selecionada levando em consideração o tema, o alcance de público e os marcadores sociais da diferença em seu conteúdo, foi possível extrair as características curricular-pedagógicas da reportagem. Tais características foram observadas dentro das relações de poder por meio dos seus agentes, suas formas de atuação, os instrumentos disciplinares e regulações. Das observações realizadas, a partir de perspectivas pós-críticas, como a foucaultiana, foram constatadas uma produção de saber advinda da área da saúde e propagada pela imprensa que legitima um poder por meio de um discurso de verdade. Constatou-se que tanto na forma quanto em seu conteúdo a notícia propagou um saber-poder oriundo de um discurso produzido por instituições da área da saúde que representa um instrumento disciplinar que teve como objetivo o controle individual, além da ação em grupo representada pelo Estado que fez o controle e promoção da vida por meio de normas, manuais, cartilhas, boletins e censos divulgados periodicamente por diversos órgãos públicos de saúde.

**Palavras-chave:** suicídio; biopoder; currículo; pedagogia cultural.

## ABSTRACT

Suicide is portrayed here as a social phenomenon that has plagued humanity for many centuries and which in contemporary times, especially with the Covid-19 pandemic, has worsened. Seeking a better understanding of this phenomenon, a news item published in the digital newspaper Campo Grande News was analyzed about a series of suicides that occurred in the city of Bonito (MS), at the beginning of 2023. The objective of the analysis was to open a discussion on the topic suicide from sociological aspects and, for this, the subject was developed with approaches in the area of religion, journalism and public health. From this cultural artifact, the journalistic news, which was selected taking into account the theme, the public reach and the social markers of the difference in its content, it was possible to extract the curricular-pedagogical characteristics of the report. Such characteristics were observed within power relations through their agents, their forms of action, disciplinary instruments and regulations. The observations made, from post-critical perspectives, such as Foucault's, revealed a production of knowledge coming from the health area and propagated by the press that legitimizes power through a discourse of truth. It was found that both in form and in its content the news propagated a knowledge-power arising from a discourse produced by health institutions that represents a disciplinary instrument that aimed at individual control, in addition to group action represented by the State which controlled and promoted life through standards, manuals, booklets, bulletins and censuses published periodically by various public health bodies.

**Keywords:** suicide; biopower; curriculum; cultural pedagogy.

## 1 INTRODUÇÃO

Considerado como um fenômeno social, o suicídio sempre assolou a humanidade, mas em tempos modernos houve um aumento significativo nos índices estatísticos relacionados ao caso, principalmente no Brasil que, entre 2010 e 2019, viu um aumento de 43% de mortes, conforme publicado no boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, de 20 de setembro de 2021. O estado de Mato Grosso do Sul é o quarto colocado em taxas de mortalidade do suicídio ficando acima da média nacional (BRASIL, 2021). Em relação à cidade de Campo Grande (MS), no ano de 2019, conforme o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, 91 pessoas cometeram suicídio e outras 1621 tentaram. Desde 2010, o suicídio cresceu 112% na Capital<sup>1</sup>.

No início de 2020, o mundo se assustou com a pandemia de Covid-19 e devido à rápida evolução da doença, a população, na grande maioria, seguiu as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde que sugeriram o isolamento social. Tal isolamento gerou graves problemas de saúde mental, inclusive, em uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo foi constatada que entre onze países pesquisados o Brasil liderou os casos de ansiedade e depressão (RIGUE, 2021). Diante do quadro supracitado somado a dificuldade de se falar abertamente sobre o suicídio a situação tende a se agravar como aponta Trigueiro:

Apesar da gravidade da situação e dos incalculáveis transtornos causados pelo elevado número de casos, o suicídio está fora do radar dos governos e da sociedade. Não é sequer lembrado como questão relevante na área de saúde pública pelas mídias. Sem informação, a sociedade não o reconhece como problema, não mobiliza esforços e nem consagra tempo e energia para tentar reduzi-lo (2018, p. 42).

Tive a oportunidade de realizar um trabalho voluntário em uma instituição, nos anos de 2018 e 2019. Tratava-se de uma associação civil sem fins lucrativos com a finalidade de dar apoio emocional à pessoa em crise visando à prevenção do suicídio. Esta atividade chamou-me atenção para o tamanho do problema que confirmava os números alarmantes de casos de depressão, ansiedade e outros transtornos mentais que são considerados como fatores de risco que aumentam a probabilidade para uma ideia suicida. A forma como essa temática é divulgada pela imprensa sempre esteve no horizonte de debates entre os voluntários da referida instituição.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/suicidios-crescem-112-na-capital-e-matam-mais-que-assassinatos>. Acesso em: 20 out. 2022.

Dessa forma, minha inquietação como pesquisador levou-me a analisar o fenômeno suicídio sob o aspecto social para responder ao seguinte questionamento: Como o suicídio se caracterizou em termos curricular-pedagógicos a partir da imprensa profissional de Mato Grosso do Sul? Como indagado e melhor detalhado adiante, para responder a essa pergunta, o artefato jornalístico utilizado como objeto de estudo foi a notícia “Onda de suicídio assusta população de cidade turística de MS – Desde o início de novembro a 5 de janeiro deste ano foram registrados cinco casos, entre 18 e 36 anos” (CAVALCANTI, 2023).

Considerando que o objetivo dessa pesquisa é analisar como o suicídio se caracterizou em termos curricular-pedagógicos a partir da imprensa profissional de Mato Grosso do Sul, foi selecionada uma notícia que, entre todas as demais encontradas, pudesse caracterizar mais dados qualitativos para a análise. No total foram analisadas, aproximadamente, dez reportagens veiculadas pela mídia regional de Mato Grosso do Sul sobre o tema suicídio. Para a escolha dessa notícia levou-se em consideração os seguintes critérios: primeiro, a busca pelo ambiente digital devido ao seu alcance de público e a participação da internet cada vez maior no cotidiano das pessoas; segundo, notícias envolvendo um ato suicida; e, terceiro, os possíveis marcadores sociais da diferença encontrados nas reportagens com maiores representatividades.

Para fazer essa seleção, foi necessário compreender as relações de poder existentes dentro do fenômeno social suicídio, identificar os agentes e formas de atuação no processo, além de verificar os instrumentos disciplinares utilizados. Para fins de melhor compreensão, a pesquisa foi desenvolvida levando em consideração aspectos sociológicos em três campos que foram divididos em seções: religião, jornalismo e saúde pública. A divisão foi feita, apenas, por um caráter didático, pois a compreensão do fenômeno exigiu uma condensação dos três aspectos. O embasamento teórico da pesquisa contou, principalmente, com o estudo de Silva (2013) ao nos apresentar a teoria do currículo, assim como Bortolazo (2020), no entendimento sobre pedagogia e, além desses, nas relações de poder esmiuçada por Foucault (2021).

O currículo foi abordado aqui como discurso que corporifica o saber e está vinculado ao poder produzindo identidades. O conhecimento torna-se instrumento político para regular e controlar a população não podendo ficar restrito ao que é teórico, mas o que se tem de concreto sobre o indivíduo e a população como dados estatísticos, exames, mapas e outros (SILVA, 2013). A pedagogia é aqui tratada como campo onde o poder é organizado e difundido para produzir valores e condutas. Ela existe em qualquer lugar que o conhecimento é produzido, portanto, as pedagogias são múltiplas. No caso da pedagogia cultural aqui em questão, considerando o artefato selecionado, como ficará apresentado, cria-se padrões desejáveis que educam e produzem sujeitos (BORTOLAZO, 2020).

Considerando a complexidade do tema e as várias definições sobre o ato suicida e quem o comete, apresento um conceito formulado por Fairbairn:

O suicídio é um ato, tanto de conhecimento como de omissão, realizado pela própria pessoa ou por terceiros, por meio do qual um indivíduo autonomamente pretende e deseja concretizar a própria morte, porque quer ser morto ou quer morrer uma morte que ele mesmo concretiza (1999, p. 117).

Com relação ao uso do termo "suicídio", cabe salientar que somente é empregado a partir do século XVII, na Inglaterra, e aceito na França, somente em meados do século XVIII e que, também, neste século, o termo será utilizado em espanhol, italiano e português (MINOIS, 2018). Devido à utilização frequente da expressão "morte voluntária" por vários autores aqui citados, também, será empregado o referido termo como sinônimo. Este termo foi utilizado dentro da tradição cultural judaico-greco-romana até o ano de 1643 (BERTOLOTE, 2012).

Este trabalho, de caráter exploratório e com abordagem qualitativa, investigou um artefato cultural, a notícia supracitada, sob o olhar sociológico diante do que ela nos apresentou em seu conteúdo currículo-pedagógico.

## **2 A RELIGIÃO E O SUICÍDIO: REFLEXÕES HISTÓRICAS A PARTIR DO ARTEFATO SELECIONADO**

O suicídio é um fenômeno que pode e deve ser estudado por diferentes áreas do conhecimento como a estatística, história, filosofia, psicologia, sociologia, literatura, religião e muitas outras. No caso da religião, a importância do estudo nessa área é histórica. Vem desde tempos remotos até os dias atuais, pois a atuação da religião foi sempre no sentido de preservar a vida do indivíduo conforme seus preceitos. Baseando-se na história ocidental e sob às normas cristãs, eu faço, a seguir, uma cronologia do papel religioso influenciando diretamente o fenômeno suicídio.

Dentre os preceitos religiosos o que mais está associado ao suicídio é o de que Deus deu a vida aos seres humanos e negá-la significa, no mínimo, ingratidão, uma ofensa a Deus. Dessa forma, religiosos não podem tolerar esse fenômeno e a maneira de se comportar e agir perante a ele foi se alterando ao longo do tempo. O suicídio sempre esteve presente em todas as sociedades e esta opção nunca foi vista com indiferença (MINOIS, 2018).

O conteúdo filosófico na Antiguidade, precisamente no mundo grego, influenciou o mundo religioso, pois serviu de fonte para consolidar doutrinas religiosas que viriam mais adiante. Neste período, conforme observado por Minois (2018), não havia uma unanimidade a respeito da "morte voluntária". Escolas filosóficas se divergiam como, por exemplo, a oposição de pitagóricos e aprovação de epicuristas e estoicos. Os pitagóricos se opunham ao suicídio por dois motivos principais: após o suicídio como pecado original, a alma ficava presa ao corpo e ela teria que realizar sua expiação até o fim e o segundo, a alma associada ao corpo é harmônico e o suicídio poderia romper tal harmonia. Enquanto os estoicos e epicuristas reconheciam o valor supremo do indivíduo, cuja liberdade residia na capacidade de decidir ele mesmo a respeito de sua vida e de sua morte. Ainda na antiguidade, e também de acordo com Minois (2018), Platão e Aristóteles faziam oposição à "morte voluntária", pois consideravam o homem como ser social que deveria se desapegar de interesses individuais e pensar no coletivo.

No início da Idade Média, a prática da "morte voluntária" ocorria em todas as camadas sociais, do camponês ao cavaleiro até ao clérigo; práticas que ocorriam por diversos motivos, mas tudo acontecia em uma sociedade pautada por normas e moralidade religiosa e militar, afinal, a Idade Média foi o período marcado pela cruz e espada. Viver entre a cruz e a espada se tratava de uma expressão medieval originada no movimento de Inquisição da Igreja Católica, na sua obsessão de converter todos para o catolicismo. Ou a pessoa aceitava se converter ao

cristianismo e “ser salvo”, ou seria excomungado, castigado e/ou morto, por ser considerado um herege (NEGREIROS, 2022).

No campo da Religião, membros da Igreja não ficam imunes ao fenômeno suicídio na Idade Média, mas eles têm uma abordagem diferente, eles são escondidos da sociedade, pois seria uma demonstração de fraqueza. Esta atitude que ocorria dentro da Igreja demonstrava um caráter dúbio do papel religioso perante o suicídio. O comportamento para o trato das "mortes voluntárias" era bem flexível e não explícito, apesar da doutrina cristã ser bem rigorosa à época, assim como o comportamento de todo cristão, pois a ideia era de que o mundo vivido era sofrido, difícil e aspirar à morte para se encontrar com Deus se tornava desejável. Diante desse dilema a Igreja Cristã tem o desafio de criar uma nova doutrina para impedir a ideia da "morte voluntária" de seus fiéis. Ela vem com mais clareza com o teólogo Santo Agostinho por meio da obra "A cidade de Deus". Neste trabalho o teólogo declara que ninguém tem o direito de se entregar à morte de maneira espontânea não importando a motivação. Santo Agostinho aprofunda o princípio "Não matarás", pois a vida é um dom sagrado de Deus e só ele tem o direito de dispor dela e os hereges donatistas agem como criminosos quando defendem o martírio voluntário (MINOIS, 2018).

Seguindo a cronologia, Minois (2018) nos revela que no século V, a moral cristã endurece mais ainda em relação ao suicídio, mas por questões sociais, pois o Império Romano passando por uma crise econômica e demográfica adota um sistema totalitário em que o indivíduo perde o controle de sua própria vida. O Império precisa de soldados para se defender contra os Bárbaros e colonos para cultivar a terra, assim, cada vida passa a ser importante. A Igreja volta a valorizar o casamento e reforça a proibição do aborto. Tudo para promover a valorização da vida e para isso Igreja e Império atuam juntos.

Entre os séculos V e X o endurecimento punitivo aumenta em relação ao suicídio. A sociedade europeia se torna mais violenta, há um desprezo pela vida e ao mesmo tempo que isso acontece se perde a liberdade humana. Ujvari (2003 apud KURCGANT, 2004, p. 40) afirma que as autoridades civis e religiosas combatem o suicídio com medidas dissuasivas como o confisco de bens e a condenação eterna, dessa forma, a Igreja passa a dirigir a existência humana e não perder seus fiéis, enquanto os Senhores preservam vidas que são suas mãos de obra em um período que o campo está ameaçado pela fome e epidemia.

Minois (2018) esclarece que no século XIII, com o teólogo Tomás de Aquino, em sua obra "Suma Teológica", o suicídio torna-se proibido e é fundamentado por três razões: um atentado contra a natureza, um atentado contra a sociedade e um atentado contra Deus. Como relata Barbagli (2019), Tomás de Aquino, na obra citada, adota as ideias de Santo Agostinho e

define que o suicídio era um pecado baseado no quinto mandamento - "Não matarás". Era um pecado grave e mais perigoso que o homicídio porque aquele não deixava tempo para a expiação.

Nos séculos seguintes o suicídio é visto sem compaixão, cada vez mais a punição é severa para os suicidas que após sua morte tinha o seu corpo arrastado e mutilado para um espetáculo público, além de não contar com um enterro digno. Suas famílias, além de serem obrigadas a assistir a esse espetáculo tinham seus bens confiscados pelas autoridades. Minois (2018) cita, como exemplo, o caso na Inglaterra que o suicida era enterrado debaixo de uma estrada importante, pregado ao solo por uma estaca de madeira que lhe atravessava o peito, tudo para evitar que sua alma importunasse os vivos, pois ela representava o demônio. A família era obrigada a assistir a essa cena que comprometia a honra de toda a linhagem. Somente após o século XV é que humanistas começam a enxergar a "morte voluntária" de outra forma. Como observa Minois (2018), enquanto a ciência da Antiguidade recebe golpes dos quais não conseguirá se recuperar, a moral enfraquecerá os valores cristãos.

Ao resgatar a cultura greco-romana, os humanistas também trazem para o debate o tema suicídio. No final do século XVI, o suicídio filosófico é discutido baseado na ideia do poder supremo do indivíduo e sua liberdade. É bastante simbólico a tragédia, "Hamlet", escrita por Willian Shakespeare. Uma obra atemporal e universal que discute os limites da vida humana, se vale a pena prolongá-la.

"Ser ou não ser, eis a questão" (Shakespeare, *Hamlet*, III, 1). Esse texto de Shakespeare, que data 1600, é um dos mais célebres da literatura mundial. Shakespeare questiona se os constrangimentos e os limites da condição humana justificam por si só a existência. Tudo concorre para fazer do monólogo de Hamlet uma peça atemporal e universal. A tentação do suicídio de Hamlet é a expressão de uma preocupação que marca o pensamento inglês e europeu durante os anos de 1580 a 1620 (KURCGANT, 2004, p. 43).

Mesmo causando uma certa inquietação religiosa devido ao período Renascentista que coloca em debate o tema suicídio, a Igreja não flexiona seu pensamento a respeito desse fenômeno.

Além da resistência da Igreja, o pensamento renascentista sofre o paradoxo: ao tentar humanizar esse fenômeno ele mesmo cria um ambiente propício para o suicídio devido ao individualismo, incertezas e, até mesmo, a solidão que eram característicos da época. Homens de negócios rompem laços corporativistas, práticas comunitárias se enfraquecem, o protestantismo individualiza a reflexão religiosa. Era o começo de uma desagregação social que, mais tarde, Émile Durkheim (2019), em sua obra "O suicídio", comprovaria como um dos efeitos que impactaria na sociedade tendo como consequência o fenômeno suicídio.

Durkheim mostrou, justamente, que a frequência de suicídios é inversamente proporcional ao grau de integração social. O grupo estruturado protege através dos laços que ele cria: a corporação, a família e a comunidade religiosa são alguns dos escudos contra a tentação do homicídio de si mesmo (MINOIS, 2018, p. 98).

O importante foi que o assunto suicídio sai definitivamente das trevas da Idade Média e se apresenta com o Renascimento para ser discutido. A Igreja e Estado se vê com a responsabilidade, mais uma vez, de reagir contra o suicídio.

As discussões no período renascentista geram uma crise no pensamento cristão acompanhados do movimento de "secularização", quer dizer, novos preceitos culturais, sociais e morais não mais ligados à religião. O suicídio vai se banalizando e intelectuais e médicos dão um novo conceito para as motivações desse fenômeno. Não se trata mais da visão religiosa do desespero que era um pecado, mas da melancolia que tem um caráter psicológico, um desequilíbrio do cérebro.

A transformação se ampliou e se aprofundou com a crise dos velhos esquemas interpretativos, explicando o suicídio não mais como causas sobrenaturais, a possessão diabólica e a falta de fé em Deus, mas sim naturais, antes com a melancolia e o mau funcionamento dos órgãos hipocondríacos, o baço, o fígado, a vesícula e o útero, e depois com problemas do cérebro e do sistema nervoso (BARBAGLI, 2019, p. 143).

Com o Iluminismo, um movimento cultural e filosófico do século XVIII que centrou suas ideias na razão e combateu a intolerância religiosa, a Igreja é desafiada devido, principalmente, à valorização do conhecimento científico, que concomitantemente contava com a decadência do poder da Igreja. Mesmo assim, o Iluminismo ficou marcado como o período da criação do mito do "mal inglês" – a Inglaterra como o país do suicídio – tudo devido a um exagero na informação da imprensa sobre casos acontecidos na sociedade que levava a se acreditar que ingleses se matavam mais na Europa.

Após 1680, na Inglaterra, há inúmeros casos de suicídio entre pessoas pertencentes às classes mais elevadas, o que causa maiores repercussões na sociedade. A partir daí, estudiosos e publicistas indagam sobre as causas da "morte voluntária" favorecendo assim a ideia da doença exclusiva inglesa – o "mal inglês" (BARBAGLI, 2019).

A Igreja diante do período questionador do "ser ou não ser" e depois do dilema deixar sair da vida ou melhorá-la, se preocupa em manter a tensão: permanecer nesse mundo, mas almejando o além.

A segunda crise da consciência europeia, de 1680 a 1720, também não deixa de assinalar um começo de ruptura na esfera da morte voluntária. Os anos de 1580 a 1620 fizeram a pergunta: ser ou não ser? Apesar dos esforços das autoridades para negar essa pergunta, o século XVII refletira sobre ela. E as primeiras respostas aparecem nos anos 1680-1720, respostas estas que começam a preocupar os responsáveis e que irão se multiplicar no século XVIII (MINOIS, 2018, p. 258).

A maioria dos intelectuais respondem à pergunta a favor do ser, mas também um ser com melhor qualidade de vida. A vida deve valer a pena ser vivida e a ideia da felicidade terrena chega à Igreja que, sempre ambígua, resolve levar a alegria pra dentro dela ao mesmo tempo que se preocupa com uma vida terrena tão agradável que a ideia da vida eterna perde sua força.

Minois (2018, p. 259) coloca assim o pensamento das autoridades religiosas: "Portanto, não existe alternativa, mas uma obrigação: ser infeliz na esperança de ser feliz. O melhor que o ser humano pode fazer aqui embaixo é administrar sua infelicidade passageira."

O suicídio, agora no centro das discussões com filósofos protagonizando o seu debate, causará uma reação dos religiosos que vão acusá-los de promover a aumento do suicídio devido à ideia de o livre pensar e ao ateísmo.

Como visto até agora, houve muita dificuldade para compreender o suicídio como fator social. Tudo foi de forma lenta, incompleta e de recuos, mas aos poucos, no início do século XIX, o suicídio foi sendo mais debatido. Mesmo com as autoridades morais (Igreja) e políticas ainda reagindo contra o debate que expunha o suicídio, agora, por não ter mais o poder coercitivo na esfera moral a solução foi de interiorizar a repressão para a consciência individual e tornar a liberdade de consciência perniciososa.

Inclusive, Minois (2018) destaca que, inconscientemente, as ciências humanas ajudam a reforçar o complexo de culpa individual e coletivo em relação ao suicídio, portanto, no século XIX, o debate sobre o suicídio é praticamente encerrado. Minois (2018, p. 400) afirma: "Sim, o suicídio existe, as estatísticas o comprovam amplamente; porém, se é possível tentar explicar suas origens, legitimá-lo está fora de questão".

Apesar do silenciamento, no século XIX e XX a literatura sobre o assunto é vasta, principalmente no campo científico, concretamente os suicídios acontecem e são escamoteados, mas o suicídio abstrato nos mostra a grande dificuldade de interromper um fenômeno que não se consegue por leis, poder, medicina etc. Diante do exposto, o papel da religião foi e é importante na forma que trato o tema suicídio. O sociólogo, Émile Durkheim, na sua obra "O suicídio" explica essa importância, mas levando para o lado social da Instituição Igreja.

Quanto mais numerosas e importantes essas situações coletivas, mais a comunidade religiosa é fortemente integrada; maior também é sua virtude de preservação. O detalhe dos dogmas e ritos é secundário. O essencial é que eles sejam de tal natureza que alimentem uma vida coletiva de intensidade suficiente. E é por não ter o mesmo grau de consistência das outras que a Igreja protestante não tem a mesma ação moderadora sobre o suicídio (DURKHEIM, 2019, p. 203).

Durkheim fazia a comparação do número de suicídios entre as religiões católicas, protestantes e judaicas para chegar à conclusão de que as maiores taxas de suicídio estavam entre os protestantes por possuir uma menor coesão social entre eles. Apesar dessa obra ter mais de 125 anos e ser contestada por seus pares e outros intelectuais, principalmente por dificuldades em coletar dados fidedignos, além de falta ou "escolha seletiva" desses dados que forçavam a corroboração com sua teoria, ainda sim continua sendo referência no assunto suicídio. O sociólogo italiano Marzio Barbagli é um dos críticos de Durkheim, mas reconhece a importância de sua obra. Barbagli (2019) cita duas principais críticas: conceitos não definidores, claros e com rigor suficientes que, às vezes, se sobrepõe; e, ao uso de dados que são subestimados em relação aos dados oficiais, pois ele não levou em consideração que os mecanismos de registros ao longo do tempo e espaço sofreram mudanças.

Na notícia que tratei nesta pesquisa o jornalista enfatiza a participação do padre da cidade empenhado em ajudar a população local. A força religiosa e da Igreja ainda se faz presente, principalmente, em cidades rurais de poucos habitantes. Conforme o censo demográfico do IBGE (2022) a cidade de Bonito tem 23.659 habitantes com densidade demográfica de 4,4 hab/km<sup>2</sup>. Segundo Cavalcanti (2023), na reportagem foi dito por uma moradora local que ficou sabendo dos sucessivos casos de suicídios entre jovens no município e afirmou que a cidade é pequena, é fácil cruzar com as pessoas, apesar de não conhecer os suicidas. Apesar de ser uma cidade turística, a cidade de Bonito tem uma população rural e essas populações no Brasil têm, predominantemente, formação religiosa católica.

Não obstante o censo (IBGE, 2010) confirmar uma tendência de queda do número de católicos no país e um aumento no número de evangélicos, o contingente católico em áreas rurais chega a 78% da população, enquanto evangélicos chegam a 15%. Este fenômeno acontece porque em populações bem estabelecidas não há abertura para mudança de religião, portanto, o catolicismo continua sólido. O que é diferente em populações migratórias que geram aberturas para a mudança de religião (CARNEIRO, 2012).

Considerando um número expressivo de fiéis, as Igrejas passam a ter um poder maior de influência. Como constatado na matéria, o padre da paróquia local, Israel Moura, tem a iniciativa de mitigar o problema. Como, por exemplo, visto na matéria o acionamento do Corpo de Bombeiros para realizar ações contra o suicídio e o cuidado no amparo de um adolescente

em crise de ansiedade. É ainda muito forte o mito de que o suicida formula a ideação devido à falta de Deus em sua vida. Tal mito é confrontado ao se perceber que mesmo religiosos também se matam como citado anteriormente.

A outra iniciativa relatada na reportagem, a de orar pela saúde mental dos jovens e de toda a população, pode ser vista como um evento também social, pois é agregador ao juntar outras religiões e mobilizador, pois conclama toda sociedade bonitense para atenuar o problema ocorrido. Apesar da força da religião com o papel importante de um líder espiritual, no caso, um padre, ainda sim é preciso levar em consideração como as pessoas encaram sua religião, qual o grau de envolvimento com ela e como esse grau impacta na saúde mental pessoal, quer dizer, a questão aqui é sobre a religiosidade. Conforme Almeida (2004), o estudo da influência da religião sobre o suicídio ainda é controverso por problemas metodológicos e falta de interesse dos pesquisadores ligados à saúde mental. Os resultados mais consistentes estão na avaliação do grau de envolvimento religioso da pessoa com o risco de comportamento suicida e eles apontam para uma relação negativa entre envolvimento religioso e suicídio.

Ainda que hipotético, a religião associada ao menor risco suicida contém mecanismos, como já visto, de coesão social, além de fatores subjetivos como a crença pessoal e a estrutura cognitiva fornecida por várias religiões.

Quem se matou possuía alguma crença em uma força superior, à qual podemos chamar de Deus ou de outro nome qualquer? Acreditava na Providência Divina, na intercessão de algum santo ou espírito de luz? Não se pode dizer que isso elimine o risco do suicídio, mas é um fator inibidor. Todas as religiões procuram, a seu modo, explicar o sentido da dor e do sofrimento, e rejeitam a possibilidade de o suicídio ser uma opção aos olhos de Deus (TRIGUEIRO, 2018, p. 66).

Hillman (2011) argumenta que decidir se um ato suicida se trata de um pecado teológico ou irreligioso não depende do dogma, mas da evidência da alma. O dogma já emitiu seu julgamento e, como Deus vai além dos dogmas das teologias e pode se revelar a si mesmo e também através da alma, é na alma que se deve procurar a justificativa para um suicídio. Continua Hillman (2011, p.57): " 'alma' é um conceito simbólico e ambíguo, se confunde, às vezes, com a 'psique' que é um termo mais biológico, já a alma é mais metafísica e romântica. Compartilha fronteiras com a religião."

### 3 PROBLEMATIZAÇÕES ANTE UM ARTEFATO JORNALÍSTICO: DIRETRIZES E PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

No ano 2000, em Genebra, a Organização Mundial de Saúde (OMS), como iniciativa mundial para a prevenção do suicídio, elaborou um manual destinado aos profissionais da mídia por meio do SUPRE (*Suicide Prevention Program*). Os especialistas do programa afirmavam que a disseminação apropriada da informação e aumento da conscientização era essencial para o sucesso do programa.

O manual citado continha a seguinte frase: "O relato de suicídios de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa, por meios de comunicação esclarecidos, pode prevenir perdas trágicas de vidas" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000). Assim sendo, fica evidente a importância e a responsabilidade do trabalho jornalístico na divulgação das notícias sobre o suicídio em todo mundo.

Dentre tantas definições do que é jornalismo, o jornalista e professor Nilson Lage o define da seguinte maneira:

No conceito amplo, que os críticos chamam de neutro, jornalismo é atividade de natureza técnica caracterizada por compromisso ético peculiar. O jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível; ser verdadeiro quanto aos fatos (verdade, aí, é a adequação perfeita do enunciado aos fatos, *adaequatio intellectus ad rem*) e fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis (LAGE, 2014, p. 21).

Pela definição dada, observa-se a importância do compromisso ético de quem dá a informação, tanto que, em agosto de 2007, na cidade de Vitória-ES, no Congresso Extraordinário de Jornalistas, houve a revisão do código de ética dos jornalistas<sup>2</sup>. Consta no código:

#### Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º - O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

[...]

#### Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

[...]

<sup>2</sup> Conforme site: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

[...]

Art. 11 - O jornalista não pode divulgar informações:

[...]

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

Observa-se em parte do código a preocupação na responsabilidade do jornalista com a informação que ele repassa ao público, inclusive, ao de evitar o sensacionalismo em suas reportagens. Mas a preocupação jornalística vai além quando o assunto é o suicídio. Os dados estatísticos também são motivos de atenção, pois eles são altos, são mais de 700 mil mortes ao ano por suicídio no mundo e, no Brasil, entre 2010 e 2019, foram mais de 112 mil mortes com um aumento de 43% no número anual comparando o início e final desse período. A taxa nacional de suicídios em 2019 foi de 6,6 por 100 mil habitantes. A região Centro-Oeste é a segunda com maiores taxas de suicídio (8,30 por 100 mil habitantes), enquanto o estado de Mato Grosso do Sul (10,3 por 100 mil habitantes) aparece em quarto lugar no *ranking* nacional. (BRASIL, 2021).

Apesar dos dados estatísticos elevados, de forma geral, os veículos de comunicação não dão destaque ao assunto. Por quê? A indagação faz sentido devido ao tabu<sup>3</sup> criado na sociedade quando se trata desse tipo de morte e se tratando de tabu, ele permeia todos os segmentos da sociedade e a imprensa não ficaria de fora, ainda mais sendo ela responsável pela informação dos acontecimentos de interesse público no nosso cotidiano.

Bodart (2015) define tabu, sob o aspecto sociológico, como norma social que proíbe determinado comportamento, prática ou objeto. Acrescenta, ainda, que, geralmente, as normas são sagradas e podem ser fundamentas em valores culturais, religiosos e morais com objetivos de controle social para manter a ordem e coesão social. Pode, também, o tabu, ser um repressor de ideias e opiniões divergentes. Dapieve (2007, p. 115) complementa a ideia anterior afirmando que "o tabu e interditos morais se modificam, conforme se modificam as circunstâncias objetivas da vida em sociedade, na qual a imprensa desempenha um papel simultâneo de formadora e de repetidora de opinião."

---

<sup>3</sup> Conforme dicionário Michaelis, 2023, online: Tabu - 1 Proibido por crença supersticiosa. 2 Que é objeto dessa proibição. 3 De caráter sagrado. 4 Mantido distante pelo temor à punição. 5 Censurado por crença ou pudor: Quando eu era criança, sexo na minha casa era tabu. 6 Diz-se de pessoa que é tradicionalmente respeitada ou venerada.

Talvez o suicídio seja colocado à margem da ação jornalística por ser um ato individual cujas motivações são bastante íntimas e particulares. No entanto, os índices de suicídio no mundo e no Brasil aumentam a cada ano. Esse aumento nos números de tentativas e mortes efetivas por suicídio o caracteriza como um tema de interesse social, como um fenômeno social. E é dos interesses e fenômenos da sociedade que a imprensa trata. O jornalismo, enquanto agente construtor do imaginário coletivo, reflete e suplanta pensamentos coletivos, ora promovendo a manutenção de tabus, ora sugerindo novas formas de conceber os acontecimentos do mundo (GRANDO, 2010, online).

Um dos motivos da criação desse tabu é devido à possibilidade de "contágio", quer dizer, um suicídio motivar outro ato de suicídio e, na história, como reforço ao tabu já existente, houve o famoso caso envolvendo a obra "Os sofrimentos do jovem Werther", escrito em 1774, pelo alemão Johan W. Von Goethe.

Neste romance, o principal personagem, por uma desilusão amorosa, se suicida. O livro publicado fez enorme sucesso e influenciou muitos jovens que por, também, se desiludir amorosamente, repetiu o mesmo ato do protagonista da obra. O fato causou grande repercussão e Goethe, inclusive, chegou a ser acusado de assassinato e exemplares do seu livro retirados de circulação. De tão significativo, o fato que serviu de "inspiração" para a repetição de outros atos suicidas acabou se tornando um fenômeno conhecido como "efeito Werther" (TRIGUEIRO, 2018).

Na mesma linha do "contágio" cito um caso mais atual, a série da Netflix, "Os 13 porquês". Lançada em 2017, baseada no best-seller homônimo de 2007, a protagonista da obra, uma adolescente, comete suicídio nos Estados Unidos. No relato da série é colocada as treze razões que levaram a personagem a se matar, todas decorrentes de *bullying*, drogas, depressão, assédio, homofobia entre outros, na escola onde estudava. Série de enorme sucesso, influenciou muitos jovens a ponto da Associação Americana de Suicidologia comunicar um aumento do número de telespectadores adolescentes sofrendo impacto negativo da série.

Após três meses da estreia da série, estudos da Universidade Estadual de San Diego, nos EUA, revelou que houve um aumento de 19% de consultas feitas na internet sobre o suicídio e buscas de "como se suicidar" em 26% (TRIGUEIRO, 2018).

Sobre a viabilidade do "contágio", o sociólogo Émile Durkheim dedicou todo um capítulo – A imitação – na obra "O Suicídio" para demonstrar a diferença de epidemia para "contágio". A primeira, refere-se a um fato social, produto de causas sociais; a segunda, consiste de ricochetes, mais ou menos repetidos, de fatos individuais. Durkheim concluiu que a imitação é um fenômeno puramente psicológico, ele não resulta de uma influência coletiva, portanto, não tem nada de social, logo, não contribui para determinar as taxas de suicídio. A influência só se dá na distribuição geográfica dos suicídios e na pesquisa do sociólogo o suicídio não

depende de circunstâncias locais, mas que as condições que o determinam são sempre de certa generalidade. "Não há imitadores nem imitados, mas identidade relativa dos efeitos devida a uma identidade relativa das causas [...] o suicídio depende essencialmente de certas condições do meio social" (DURKHEIM, 2019, p. 152). Continua Durkheim (2019), que o fenômeno "contágio" só pode se produzir de duas maneiras: ou o fato se difunde de boca em boca por meio de voz pública ou são os jornais que o propagam. Este último com mais responsabilidade por ser um poderoso instrumento de difusão. Durkheim (2019) conclui que o que pode contribuir para o desenvolvimento do suicídio não é o fato de se falar nisso, é a maneira pela qual se fala. Portanto, o suicídio é contagioso de indivíduo para indivíduo, mas a imitação não se propaga a ponto de aumentar suas taxas.

Diante da teoria apresentada pelo sociólogo, falar sobre o suicídio não ocasiona o "contágio", dessa forma, o cuidado passa a ser em como "falar sobre". Como visto, baseada nessa premissa associada as altas taxas de suicídio a OMS formulou um manual para profissionais da mídia fins de orientá-los na condução da cobertura jornalística sobre o tema.

De modo geral, existe evidência suficiente para sugerir que algumas formas de noticiário e coberturas televisivas de suicídios associam-se a um excesso de suicídios estatisticamente significativo; o impacto parece ser maior entre os jovens. O suicídio frequentemente tem apelo suficiente para ser noticiado, e a mídia tem o direito de mostrá-lo. Mesmo assim, a maioria dos suicídios não é mostrada pelos meios de comunicação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000, online).

A OMS, em seu manual, orienta profissionais em como noticiar suicídios em geral e em casos específicos. Em nosso estado, Mato Grosso do Sul, as orientações são motivos de preocupações e, com certa frequência, obedecidas.

O jornalista Patrick, que começou a estudar o assunto em 2015, aponta que a imprensa do Estado tem evoluído ao tratar sobre o tema. Contudo, ainda há espaço para melhora. "Ainda existem problemas, dificuldades de tratar sobre o conteúdo. Atribuo isso à falta de orientação dos jornalistas na própria formação, é pouco tratado na universidade". Ele pontua que toda mudança demanda tempo e que a imprensa local tem melhorado gradualmente (ROCHA, 2021, online).

Com a expansão da Internet surgiu um novo modelo de jornalismo, o jornalismo online, um termo popular usado para se referir à produção e disseminação de notícias nesse novo espaço de comunicação. Sua produção é caracterizada pelo uso das ferramentas digitais (atualização, hipertexto, interatividade, personalização, memória e multimídia) e convergência de mídias permitindo a publicação de notícias em tempo real (TELLAROLI, 2007).

A socióloga Christine Hine (2000), especialista em etnografia digital, nos diz que o conteúdo que a Internet nos proporciona aparece em conversas boca a boca, em relatórios

impressos e na mídia de massa, formatando e sendo formatado continuamente na vida cotidiana. Ela prossegue afirmando que uma das características definidoras do digital é a facilidade com que ele pode ser movido, re combinado, revisualizado, recalculado e adaptado. Por isso, nós não podemos saber de antemão como outras pessoas vão ver o que estamos vendo e onde os dados podem acabar.

No caso aqui estudado, a notícia veiculada pela mídia digital de Campo Grande (MS), Campo Grande News, com a manchete: "onda de suicídios assustam moradores de cidade turística de MS", é exemplo dos cuidados do jornalismo online ao divulgar casos de suicídios para o seu público.

O portal de notícias Campo Grande News, conforme Tellaroli (2006, online), é classificado como regional de médio porte. De acordo com o *ranking* da empresa Alexa Ranking, de 2020, subsidiária da Amazon, este portal está entre as mídias digitais de Campo Grande mais acessadas.

O Campo Grande News foi fundado em 1999 pelo jornalista Lucimar Couto e pelo proprietário do então provedor Zaz, Miro Ceolim. Enquanto os veículos de comunicação televisiva divulgavam em segunda mão as mesmas reportagens em seus portais na internet, o Campo Grande News tinha conteúdos produzidos especificamente para o jornalismo on-line (TELLAROLI, 2006, online).

O editor-chefe e proprietário do portal de notícias Campo Grande News, Lucimar Couto, ao ser entrevistado por Tellaroli (2007, online), comenta que os jornalistas do portal são contratados não pelo currículo que têm, mas pela qualidade do texto que apresentam. Quer dizer, fica em segundo plano a formação e experiência profissional dos seus contratados.

Conforme supracitado, a OMS orienta a imprensa como lidar com a notícia sobre o fenômeno, além dessa Organização, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) também criou orientações com a mesma finalidade e em sua cartilha dedica um capítulo em como noticiar, além de apresentar dicas aos profissionais da imprensa.

A informação correta direcionada a população é muito importante para orientar e prevenir o suicídio, por isso vimos lançar a edição atualizada da cartilha "Comportamento Suicida: Conhecer para Prevenir" para contribuir com o trabalho dos jornalistas com números atualizados e revistos sobre suicídio no Brasil e no mundo, com base em dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2009, p. 3).

Comparando as orientações do manual da OMS e das dicas da cartilha da Associação com a notícia dada pela mídia digital Campo Grande News, observei que há algumas discrepâncias:

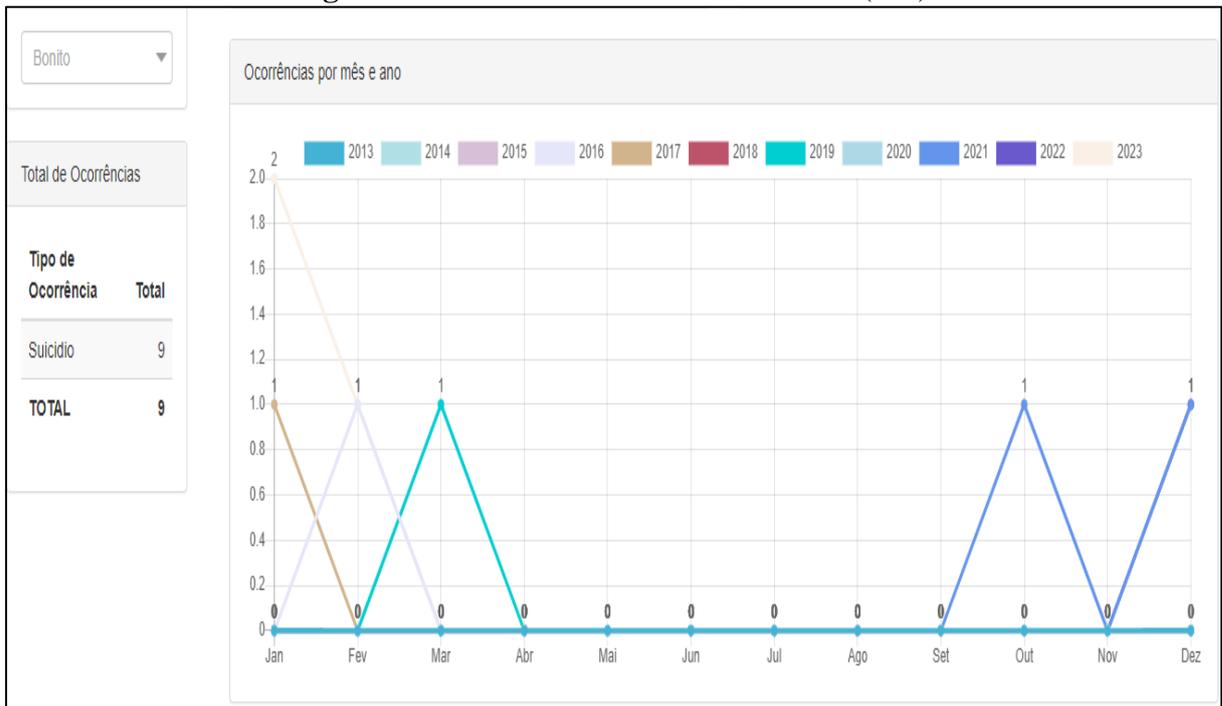
1. A recomendação é evitar a palavra suicídio em chamadas e manchetes – a reportagem, em sua manchete, contém a palavra suicídio: "Onda de suicídios assusta população de cidade turística de MS";
2. Evitar termos valorativos – na reportagem temos os seguintes trechos: "onda de suicídios", "o clima está pesado", "as pessoas estão preocupadas", "alguns pais estão preocupados com seus filhos"; "a capital do ecoturismo, tem enfrentado o luto da maneira mais trágica nos últimos dias"; e
3. Apenas falar que o suicídio é frequente, não apresentar muitas estatísticas – a reportagem apresenta gráficos com dados; a reportagem apresenta o trecho "o número representa, em média, um suicídio a cada 12 dias".

A chamada da matéria: "Onda de suicídios assusta população de cidade turística de MS", nos remete a ideia de suicídios em sequência devido ao uso do termo "onda"<sup>4</sup> e o subtítulo: "Desde o início de novembro a 5 de janeiro deste ano foram registrados cinco casos, entre 18 e 36 anos", complementa a ideia de cinco suicídios ocorrendo em espaço curto de tempo.

Estatisticamente, para uma cidade de poucos habitantes, considerando os cinco suicídios, a projeção da taxa de suicídio ficaria muito acima da taxa nacional já mencionada que é de 6,6 por 100 mil habitantes. Além disso, conforme figura 3, dados do portal de serviços Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP) – estatística online, desde 2013 até a data de 21 de junho de 2023, o total de suicídio na cidade foi de, apenas, nove casos.

---

<sup>4</sup> Conforme dicionário Michaelis, 2023, online: Onda – 6. Grande afluência e quantidade de pessoas, coisas ou animais que se agitam e se movimentam ao mesmo tempo. 7. Movimento ou agitação intensa, que não se pode ou não se consegue controlar; ímpeto, torrente.

**Figura 1 – Número de suicídios em Bonito (MS)**

Fonte: SEJUSP (2023)<sup>5</sup>

Assim sendo, os números de casos noticiados impressionam e como recomendação não cumprida, deveria ser usado o termo "frequente" ou algum equivalente, da mesma forma, o termo "onda" deveria ser evitado por ter sentido valorativo. Ademais, "onda" não pode ser associado a ideia de contágio, pois a reportagem em nenhum momento vincula os atos suicidas, seja por método empregado, como foi realizado ou local do ato. Portanto, "onda" está somente envolvido na relação quantidade/tempo.

Em contrapartida, a matéria segue as recomendações dadas pela OMS e pela Associação Brasileira de Psiquiatria nos seguintes pontos:

1. Evitar descrições detalhadas do suicídio quanto ao local, método usado e como ele foi obtido;
2. Disponibilidade de possíveis ajudas;
3. Mostra de indicadores de risco e sinais de alerta;
4. Trabalhar em conjunto com autoridades de saúde na apresentação dos fatos;
5. Conscientização da população sobre prevenção do suicídio;
6. Evitar coberturas de páginas inteiras ou de longa duração;
7. Entrevistar profissionais da área de saúde mental; e
8. Não repetir a reportagem, nem produzir novas matérias sobre o assunto.

<sup>5</sup> Conforme site da SEJUSP - MS: <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>

Dentre as recomendações cumpridas, os itens 2, 3, 4, 5 e 7 significa que a divulgação da notícia sobre o suicídio com responsabilidade associada a uma informação educativa colocada por especialistas no assunto colabora para desmistificar o tema e atenuar os números estatísticos sobre o fenômeno. Bertolote (2012) cita que é importante haver um equilíbrio entre imperativos como o direito do público de ser informado e os riscos de causar dano, dessa forma, os profissionais dos meios de comunicação têm a obrigação de serem cautelosos ao abordar o suicídio.

Todos os cuidados do jornalismo sobre o suicídio como aqui apresentados devem ser vistos não como responsabilidade exclusiva dos profissionais que atuam nas redações, pois a ideia de transmissão do suicídio na sociedade também contagiou a própria imprensa por ser externa e anterior a ela. Quer dizer, apesar da sua importância, a imprensa é apenas uma amplificadora dos fatos gerados pela sociedade, seja bom ou ruim. E, também, ela não tem o poder absoluto sobre o processo de comunicação, pois estaríamos ignorando as complexas redes de poder e contrapoder dentro da sociedade (DAPIEVE, 2007).

Seguindo a ideia de poder, o professor de filosofia Lynch (2018) ao nos apresentar o pensamento do filósofo Michel Foucault, nos diz que ele o teorizou sugerindo que o poder pode ser encontrado em todas as interações sociais, ele é onipresente atuando de diversas formas, meios ou técnicas. Para Foucault, o poder vem "de baixo", não se vê o poder numa relação binária entre governantes e governados. É no nível micro das relações que o poder é entendido, pois são nessas relações que estão os arranjos de força na sociedade que vão criar padrões sociais maiores.

Taylor, C. (2018) nos apresenta dois níveis de biopoder que Foucault descreve como o disciplinar e a biopolítica. O primeiro, que tem o objetivo de conhecimento/poder e subjugação de corpos, atua no indivíduo para torná-lo dócil e economicamente rentável; o segundo, que tem o objetivo de poder/saber e controle da população atua neste por meio de regulações como vistas aqui anteriormente. É na biopolítica que se encontra o poder do Estado que diferentemente do poder soberano passa a promover e controlar a vida e não mais a de tirá-la ou deixar viver. No biopoder, a morte torna-se um escândalo, é a forma de se escapar do poder. O suicídio é descrito por Foucault como um ato subversivo de resistência (TAYLOR, C., 2018). Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder. Onde há poder, há resistência e ela não existe em determinado lugar, ela é móvel, transitória e atua em toda estrutura social (FOUCAULT, 2021).

Dentro da rede de poder, a produção dos discursos tem papel importante, pois esta é controlada e regulamentada por critérios e procedimentos diversos com a finalidade de ampliar

poderes e subtrair do campo discursivo o que poderia representar perigo indesejável ao poder político. A subtração ou exclusão pode ser por interdição, aqui entendida como censura de determinado assunto representado socialmente como tabu. Foucault chamava interdição de palavra proibida (ALMEIDA, 2021).

É sabido que o jornalista que assina a matéria que estou analisando ocupa um lugar dentro da estrutura de um jornal de comunicação e deve seguir orientações superiores. É comum nas redações de grandes jornais haver uma linha editorial que define como seus jornalistas devem divulgar as notícias como no caso de suicídios. Dapieve (2007) cita exemplos da redação do jornal "O Dia" que em seu manual de redação não publica suicídios, exceto em casos especiais pela notoriedade dos envolvidos ou por interesse público. Na "Folha de São Paulo" o manual de orientação diz: "Não omita o suicídio quando ele for a causa da morte de alguém.". Cada redação cria suas normas e isto já representa a preocupação e a tensão existente entre o espetaculoso da notícia como atração e a subversão existencial como repulsa (DAPIEVE, 2007). Considerei aqui as normas como práticas políticas discursivas produto do saber e todo saber assegura o exercício de um poder.

A notícia veiculada no site Campo Grande News e aqui objeto de estudo é exemplo dessa dubiedade. No primeiro caso, é espetaculoso ao se referir aos suicídios como uma "onda" e com números acima da normalidade – uma das causas é pelo efeito da competição de mercado entre as empresas de comunicação, nesse caso, mais visualizações na matéria gera oportunidade de atrair mais patrocinadores para auferir lucro. Inclusive, é importante destacar que Foucault (2021) rejeita a ideia de concepção de poder inspirada em um modelo econômico e nem na ideia de que a repressão e dominação seria suficiente para manter a dominação capitalista. No segundo caso, é repulsivo quando se propõe a ser um veículo de prevenção contra este fenômeno ao trazer informações educativas em seu conteúdo. Mas em ambos os casos o que prevalece é o discurso que engloba as relações de poder que podem ser tanto intencionais, traduzidas em metas e objetivos de forma racional, quanto não subjetivas (LYNCH, 2018).

#### 4 POLÍTICA DE SAÚDE: PODER SOBRE A VIDA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) monitora os dados mundiais relativos à mortalidade por suicídio desde o ano de 1950. Em 1998, iniciou-se na OMS um trabalho para avaliar a situação mundial do suicídio (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999). A avaliação foi realizada com base na taxa global de suicídio (números de casos por 100 mil habitantes) considerando determinado ano, sexo e, também, a faixa etária. O Brasil, neste estudo, entre os anos de 1950-1995, ficou em 71º lugar na classificação mundial – estimativa para o ano 2000 (WANG; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE, 2004, p. 97).

Em 2012, a OMS conclamou a todos a combater o suicídio no mundo:

Os governos, as organizações internacionais, as organizações não governamentais e as comunidades locais todos têm uma parte a desempenhar no combate ao suicídio. Esta estrutura se baseia nas Diretrizes das Nações sobre Prevenção de Suicídio de 1996 e salienta a contribuição que todos podem dar. Com quase um milhão de pessoas morrendo por suicídio em todo o mundo a cada ano, e com um impacto desproporcional sobre a juventude mundial, devemos às gerações futuras agir agora (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012).

Embora a OMS convocasse a todos no combate ao suicídio, o mesmo documento citava o apoio governamental como elemento chave para o sucesso da ação. Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas elaborou uma agenda de trabalho: “Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Esta agenda criou objetivos e metas universais para serem cumpridos pelos líderes mundiais e pelos países que deveriam atuar em parceria colaborativa para implementar este plano até 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015)

O Brasil, como país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), fins de cumprir a Agenda 2030, criou o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021. A agenda contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são ações para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Dentre dezessete objetivos programados na Agenda 2030 pela ONU, o terceiro se refere à "saúde e bem-estar". Neste objetivo, no item 3.4, consta: até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, grifo nosso).

Diante do exposto, observa-se que a mais importante organização internacional do mundo, a ONU, sempre se preocupou e, ainda, se preocupa com a questão da saúde mental que, por sua vez, tem interferência direta nos casos de suicídio. E o Brasil como país-membro tem,

também, sua atenção voltada para a saúde mental com medidas preventivas ao suicídio partindo de órgãos públicos.

A inquietação sobre o tema recai sobre o serviço prestado pela saúde pública, que dito pela própria OMS, não é satisfatório:

Infelizmente, o suicídio muitas vezes não é priorizado como um importante problema de saúde pública. Apesar do aumento nas pesquisas e conhecimento sobre o suicídio e sua prevenção, o tabu e o estigma em torno do suicídio persistem e muitas vezes as pessoas o fazem não procuram ajuda ou são deixados sozinhos. E se eles procuram ajuda, muitos sistemas e serviços de saúde falham em fornecer assistência oportuna e ajuda eficaz (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014, p. 2, tradução nossa).

O motivo para tamanha preocupação, principalmente, relacionada com a saúde mental da população mundial, pode ser visto pelos dados e estatísticas publicado no relatório "*Suicide worldwide in 2019*", em junho de 2021, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Tal relatório teve o intuito de melhorar a defesa e informação sobre o suicídio. Dentre os dados apresentados, chamou a atenção que mais de 700 mil pessoas morriam por suicídio todo ano no mundo e o suicídio era a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

Vale ressaltar que, apesar do empenho de pesquisadores para compilar dados sobre o suicídio em vários países, Bertolote (2012) nos diz que as informações enviadas dos países se trata de uma "informação mínima", quer dizer, há uma subnotificação. Os casos reais de suicídio são maiores do que o indicado pelos registros. Como já definido pela própria OMS, os "determinantes" da saúde mental e dos transtornos mentais incluem não apenas atributos individuais, mas também fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais. No caso dos transtornos mentais as pessoas apresentam desproporcionalmente maior taxa de incapacidade e mortalidade, incluso nesta taxa está o suicídio (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Os transtornos mentais são considerados como alto fator de risco para o suicídio. Em um estudo científico realizado pelos pesquisadores Bertolote e Fleischmann foram revisados 31 artigos científicos publicados entre 1959 e 2001, englobando 15.629 suicídios na população geral. Neste estudo ficou demonstrado que em 96,8% dos casos caberia um diagnóstico de transtorno mental à época do ato fatal. Dessa forma, ficou evidente a relação entre dois grupos de fenômenos: comportamento suicida e transtornos mentais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2009, p. 10).

Bertolote (2012) afirma que a partir do momento que o médico inglês, Thomas Browne, criou a palavra suicídio, em 1643, houve um interesse mais sistemático sobre o tema como um

fenômeno de interesse específico para a medicina, mais particularmente para a psiquiatria. E é a partir do século XVIII que as conexões entre suicídio e certos transtornos mentais são aceitos pelos principais psiquiatras europeus como Philippe Pinel, Jean-Étienne Esquirol e Claude Bourdin. Somente no final do século XX e início do XXI é que se consolida a abordagem do suicídio pela saúde pública com a devida importância na prevenção.

Como consequência do que foi relatado até o momento, boa parte dos estudos sobre o suicídio é realizado pelos profissionais da área da saúde. Inclusive, no Brasil, desde a década de 1990, o Ministério da Saúde faz todo o mapa estatístico sobre o fenômeno, tanto do suicídio quanto das suas tentativas. As notificações sobre o suicídio e tentativas, por lei<sup>6</sup>, passaram a ser compulsórias e mais abrangentes. É obrigatório a notificação em todos os serviços de saúde público e privado, conselhos tutelares e, inclusive, no âmbito escolar (ALMEIDA, 2021). Como se vê, tudo mapeado sob o contexto da saúde e todas as diretrizes elaboradas por profissionais da área médica em campanhas, manuais e cartilhas são direcionadas para o público em geral ou para profissionais de áreas específicas.

Almeida (2021) questiona este mapeamento como uma tentativa de controle das ações da população, pois são incluídos nas estatísticas diversos tipos de violência além das tentativas de suicídio. A psicóloga, também, vê com reservas a recorrência da afirmação que o suicídio é um fenômeno complexo e multicausal, podendo ser o resultado de uma interação complexa de fatores individuais, sociais, culturais etc. Se é complexo e multicausal, por que, como já visto, mais de 90% dos suicídios têm causa em transtornos mentais? Continua ela apontando que, nos estudos da psicanálise, o suicídio está atrelado ao sofrimento psíquico, mas esse sofrimento não é sinônimo de transtorno mental. Portanto, pensamentos suicidas não podem estar vinculados às patologias mentais, mas a própria constituição psíquica do sujeito, as angústias individuais, as questões sócio/ambientais, todas não tratáveis unicamente por medicamentos.

Assim sendo, se o suicídio tem múltiplas causas é preciso levar em consideração, também, o contexto da forma de viver, incluindo o social, o histórico e o político (ALMEIDA, 2021). A reportagem sobre o caso de suicídios em Bonito dedicou um espaço considerável para as justificativas das autoridades de saúde sobre o caso. A prefeitura se manifestou afirmando que os suicidas não procuraram o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)<sup>7</sup> existente na cidade ou em alguma rede pública para tratamento psicológico, mas depois do ocorrido a prefeitura

---

<sup>6</sup> Lei nº 13819, 26 abr. 2019 – Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

<sup>7</sup> Centros de Atenção Psicossocial (Caps) - são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial.

realizou uma busca ativa para oferecer apoio às famílias enlutadas. A reportagem afirma, ainda, que há grupos de prevenção que realizam rodas de conversas sem citar quem são, como atuam e qual ligação com a rede pública de saúde.

Além da prefeitura do município, também, foi ouvido um especialista no assunto, o Capelão Reis. Atuante no estudo sobre o fenômeno suicídio, ele também atua no campo religioso no apoio às pessoas em crise emocional. O especialista justifica o problema pelo viés social e econômico como, por exemplo, a falta de infraestrutura, o alto custo de vida, a falta de estrutura da rede de apoio hospitalar da cidade e a falta de atrativo para o morador local.

A OMS, em sua maior revisão mundial sobre saúde mental, desde a virada do século, cita que em todos os países são as pessoas mais pobres e desfavorecidas que correm maior risco de problemas de saúde mental e que também são as menos propensas a receber serviços adequados. Cita, também, que mesmo antes da pandemia de Covid-19, apenas uma pequena fração das pessoas necessitadas tinha acesso a cuidados de saúde mental eficazes, acessíveis e de qualidade. A depressão e ansiedade aumentaram em mais de 25% apenas no primeiro ano de pandemia (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2022).

O Capelão, ainda, esclarece os sinais que uma pessoa pode apresentar diante de um pensamento suicida. A detecção dos sinais representa uma das etapas da prevenção do suicídio.

A prevenção ao suicídio implica todo o tipo de ação que proporcione melhores condições de vida ao ser humano, com dignidade, oportunidades e recursos para desfrutá-la. Inclui-se aí o direito a alimentação, moradia, educação, trabalho e possibilidade de realização pessoal (CASSORLA, 2017, p. 103).

Cassorla (2017) afirma que deve haver uma identificação precoce de problemas emocionais e que a sociedade e os sistemas de saúde devem fornecer meios adequados para que as pessoas possam ser tratadas. Médicos, professores e todos os profissionais que lidam com seres humanos devem ser capazes de identificar ideias suicidas. Ele afirma, também, que algumas associações de auxílio, como o Centro de Valorização da Vida (CVV)<sup>8</sup>, têm experiência no atendimento de pessoas em sofrimento. Na reportagem, inclusive, conforme orientação da OMS e da ABP, é apresentada a disponibilidade de possíveis canais de ajuda como foi apresentado o CVV, o Grupo Amor Vida (GAV) – associação civil, sediada em Campo Grande (MS), sem fins lucrativos que presta apoio emocional a pessoa em crise visando a prevenção do suicídio, o CAPS, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

---

<sup>8</sup> Centro de Valorização da Vida - associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, desde 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo e anonimato.

O Capelão Reis cita a família como fator protetivo ao suicídio, pois ela é capaz de realizar o acolhimento e a incentivar o suicida a buscar ajuda. A Associação Brasileira de Psiquiatria (2014, p. 24), apesar de dados não tão consistentes, também considera como fatores protetores contra o suicídio o bom suporte familiar, laços sociais bem estabelecidos com família e amigos, senso de responsabilidade com a família entre outros.

Corroborando com as observações do Capelão, a Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP (2014) recomenda como prevenção do suicídio fora do sistema de saúde, medidas como a promoção de qualidade de vida por meio de grupos de autoajuda nas igrejas, escolas, associações e ONGs. A ABP também aponta para o controle e regulação dos métodos utilizados para o suicídio como, por exemplo, as armas de fogo; uso estratégico das mídias para campanhas preventivas; campanhas nas escolas para desconstruir tabus e facilitar a prevenção.

Consta, também, na matéria dados estatísticos sobre o fenômeno suicídio obtidos pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e da Secretaria de Vigilância em Saúde. Os dados mostram a taxa de mortalidade de suicídio entre os estados do país. O estado de Mato Grosso do Sul é o quarto colocado em número de suicídios por 100 mil habitantes. É apresentada, também, a faixa etária que mais comete suicídio: de 10 a 25 anos.

Ainda sobre as informações apresentadas na reportagem, é feito a comparação do suicídio entre homens e mulheres: as mulheres tentam mais, mas os homens são mais efetivos para realizar o ato. Bertolote (2012) nos diz que a explicação para essa diferença consiste nos métodos empregados. Os homens adotam métodos mais violentos, mais letais como arma de fogo ou enforcamento; enquanto as mulheres escolhem métodos menos letais como, por exemplo, o envenenamento. Segundo a ABP (2014, p. 19): "Mulheres se suicidam menos porque têm redes sociais de proteção mais fortes e se engajam mais facilmente do que os homens em atividades domésticas e comunitárias, o que lhes confere um sentido de participação até o final da vida."

Löwy (2006), ao apresentar a obra de Karl Marx, "Sobre o suicídio", comenta que diferentemente do costume em obras dele, o assunto relevante é a questão social que envolve o suicídio devido à opressão das mulheres nas sociedades modernas. Marx afirma que a sociedade burguesa está doente e que precisa de uma mudança radical em sua estrutura social e econômica. Três dos quatro casos de suicídio analisados por Marx são de mulheres que o filósofo chama de vítimas da tirania familiar que têm seus destinos selados mais por uma questão de gênero do que de classe social. A obra constitui um protesto apaixonado de Marx contra o patriarcado, a sujeição das mulheres e a natureza opressiva da família burguesa (LÖWY, 2006). Comparando com o acontecimento em Bonito foram cinco casos registrados, todos homens na faixa dos 18

aos 36 anos. Apesar do pequeno número de suicídios, em termos absolutos, os números nos mostram que eles são compatíveis com os dados apresentados no país pelo Ministério da Saúde, em 2021, quando confirmou que os homens apresentam um risco de suicídio 3,8 vezes maior que as mulheres. Com relação a faixa etária, a Região Centro-Oeste foi uma das que apresentaram maiores taxas de mortalidade entre os 15 e 19 anos (BRASIL, 2021).

A reportagem cita que dos cinco suicídios em Bonito, dois suicidas tinham 18 anos e um tinha 20 anos. Conforme visto na seção anterior, dentre as orientações sugeridas pela OMS e ABP para os meios de comunicação, uma é que não se deve entrar nas descrições detalhadas sobre os atos cometidos. O jornal online Campo Grande News cumpriu a orientação citada. Uma das poucas informações repassadas para o público foi a idade dos suicidas. Por meio dessa informação, apesar de não se saber os detalhes das ocorrências, é possível inferir que na fase da adolescência do ser humano é momento de vulnerabilidade que pode levar o indivíduo à ideação suicida. Na adolescência há muitas perdas como, por exemplo, a do corpo, da identidade e da bissexualidade.

Adolescentes passam por situações estressantes como falta de habilidade para lidar com os problemas, dificuldade de autoafirmação, impulsividade, drogas, falta de esperança, preocupação com um emprego e a mais desafiadora no momento, a virtualização das relações interpessoais – exposição involuntária da intimidade na internet, confusão de amigos virtuais com os reais que levam os jovens a se isolarem e se refugiarem no mundo virtual (TRIGUEIRO, 2018).

Se não bastasse às condições adversas de um período na vida do indivíduo soma-se a elas as condições sociais que lhe são externas e impostas como o surgimento da pandemia de Covid-19 que o obrigou ao isolamento social. Em estudo feito pelo Instituto Cactus que foi divulgado no mês de agosto de 2023, os jovens brasileiros entre 16 e 24 anos são os mais afetados por problemas de saúde mental que proporciona a baixa autoestima, o isolamento social desses jovens e conflitos familiares. De forma global, há hipóteses para causas sociais e culturais ligadas aos ambientes digitais, o mundo cada vez mais polarizado e intolerância em questões de sexualidade e raça (AUTOESTIMA..., 2023).

Como exposto até aqui, observa-se a influência do papel social no fenômeno suicídio. A OMS solicitou aos países que acelerassem a implementação do Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013–2030, para isso, fez várias recomendações de ação, dentre elas a de fomentar a colaboração intersetorial para compreender os "determinantes sociais" e estruturais da saúde mental e intervir de forma a reduzir riscos, gerar resiliência e desmontar barreiras que

impedem pessoas com problemas de saúde mental de participar plenamente da sociedade (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2022).

A mídia digital Campo Grande News ao dedicar boa parte da reportagem ouvindo autoridades de saúde sobre o acontecimento corrobora com o histórico supracitado que coloca a saúde protagonista e gestora das ações ao combate do suicídio, mas cada vez mais surge a presença de fatores sociais que precisam ser investigados para mitigar o problema. Como dito pelo psiquiatra Bertolote (2004, p. 203):

Como o suicídio é um fenômeno multifacetado e multideterminado, dependente de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais, não há nenhuma segurança *a priori* de que o que funcionou numa época em algum lugar funcionará igualmente em outro lugar e em outro tempo. Logo, um "transplante" mecânico e acrílico de ações, que não leve em conta esses fatores, poderá representar frustrações futuras, além da perda de vida, de tempo e de dinheiro.

Dessa forma, o suicídio como fenômeno multicausal para o médico psiquiatra não é atemporal, quer dizer, há influência de outros fatores. Logo, as políticas públicas adotadas para o seu combate também sofrem influências conforme demandas de cada sociedade. Esta intervenção pode ser vista como resultado do jogo de poder sempre existente nas relações humanas.

Dentre as possibilidades de se entender o que é o poder, o filósofo Michel Foucault tornou-se referência. Como dito por Taylor, D. (2018), Foucault não se considerava um "teórico", mas um "experimentador", portanto, não se preocupava em validar o que já era conhecido. Assim, Foucault não se importou com a sistematização e partiu da ideia que o conhecimento absoluto e universal e os valores morais se tratavam de fenômenos históricos. Por não se assumir um teórico, podemos afirmar que Foucault não criou uma teoria do poder, mas fez uma análise histórica para formular o que era o poder moderno ao comparar com o poder anterior que era o soberano.

Foucault (2021) afirmou que, para analisar as relações de poder, haveria apenas dois modelos: o do direito (o poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de força. Ele complementava a ideia de que ambos não era suficiente e que era necessário aprimorar a análise das relações de força.

Em sua análise, Foucault define o poder como onipresente nas relações sociais e as formas de poder tradicionais advindas do soberano e das leis são formas terminais e não são fundamentais (LYNCH, 2018). Foucault analisa os mecanismos de poder na esfera das relações de força no nível micro e as relações de força consistem, nas interações sociais, algo que o empurre, incite ou obrigue a fazer algo. As características dessas relações são: a multiplicidade,

significa relações variadas em qualidade e tipo que apresentam impactos diferentes e particulares; a segunda característica é que as relações de força são imanentes à esfera que operam, quer dizer, elas existem somente dentro de um determinado domínio ou discurso; e, por último, as relações de força constituem a sua própria organização – têm metas e objetivos que representam respectivamente táticas e estratégias. As táticas são locais, micro; enquanto as estratégias são macro, sistêmicas que são construídas a partir de combinações das táticas locais. (LYNCH, 2018).

Lynch (2018) afirma que Foucault delineou cinco proposições para a compreensão central do poder: 1- o poder não é possuído, mas exercido; 2- relações de poder não são exteriores a outras relações; 3- o poder vem de baixo; 4- as relações de poder são tanto intencionais quanto não subjetivas; e, 5- o poder está sempre acompanhado pela resistência. A esta última proposição se acrescenta que a resistência nunca está em posição de exterioridade em relação ao poder e o suicídio pode ser visto aqui como um ato de resistência.

Isto posto, a análise que se pretende fazer é que uma vez o poder estando presente em todas as relações humanas como esse poder se desenvolve a ponto de controlar nossas vidas? Como o poder, em seu nível macro, regula e normaliza a população por meio da biopolítica? E como ele reage às resistências, como, por exemplo, na prática do suicídio? Para isso, precisamos, mais uma vez, dos conceitos do filósofo francês sobre o poder, incluindo agora o biopoder em seus dois níveis: a disciplina e a regulação.

Dentre os vários tipos de poder explorados por Foucault como o poder soberano que exerce de maneira direta sobre a morte e indiretamente sobre a vida e o poder disciplinar que funciona de maneira inversa, surge, também, a ideia de biopoder que engloba a disciplina. A disciplina como técnica de poder requer vigilância constante sobre os indivíduos, não em suas ações, mas em seu desenvolvimento. Requer, também, o registro e o exame, este último é o que classifica, distribui, julga, localiza e mede os indivíduos (FOUCAULT, 2021).

No nível individual atuam as instituições disciplinares como, por exemplo, os hospitais psiquiátricos. Baseado na obra "Vigiar e punir", Foucault define disciplina como um dispositivo que atua em uma rede entre elementos heterogêneos (instituições, regulamentos, discursos, leis e outros) que tem como finalidade estratégica a produção de indivíduos politicamente dóceis e economicamente rentáveis (CASTRO, 2021).

Já no nível grupo a atuação é do Estado que se preocupa em conhecer e administrar as normas da população por meio da regulação e um bom exemplo dessa prática está na saúde pública que, como já discutido aqui, regula as ações por meio de censos, manuais, cartilhas,

boletins informativos, discursos sobre variados temas para atingir toda população (TAYLOR, C., 2018). Como afirma Almeida (2021, p. 25):

A incidência do poder sobre o sujeito, de acordo com Foucault, delimita o campo para deliberação sobre as próprias condutas, limita ou amplia a produção de conhecimento, a produção de discursos, incluindo a produção de discursos sobre o suicídio.

Para Foucault, a regulação por meio da biopolítica fez com que a morte se tornasse privada e oculta. Enquanto o poder soberano implicava o direito de impor a morte, no biopoder o princípio era o de promover e administrar a vida. Assim, a morte era tratada como ato subversivo, pois era a forma de se escapar do próprio poder (TAYLOR, C., 2018). Continua Taylor, C. (2018), afirmando que no poder soberano o suicídio era ilegal por afrontar as autoridades e o castigo em público era a maneira de demonstrar a presença desse poder, enquanto, hoje, o suicídio torna-se um problema médico e um ato vergonhoso.

Conforme explicitado por Almeida (2021), a estatização do biológico da população é a tomada da vida como objeto de exercício do poder. No poder do soberano era seu direito causar a morte ou deixar viver seus súditos. A vida destes pertenciam ao soberano. A partir de uma mudança histórica, o poder "apenas" quer administrar vidas. Pois elas passam a ter valor econômico e político que coaduna com o sistema capitalista vigente.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2021, p. 144).

Como visto, uma das técnicas disciplinares está no discurso e é por meio dele que se legitima o poder. Foucault afirma que só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade (discurso), inclusive, sobre si mesmo. Os discursos de verdades são produzidos por saberes e, no caso da análise aqui proposta, o saber-poder é aqui representado pela medicina que objetiva promover a vida e a saúde. Segundo Foucault (2021, p. 51): "[...] a verdade não existe fora do poder ou sem o poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder."

Foucault (2021) explica que é no século XVIII que a medicina se afirma cada vez mais como instrumento de poder nas estruturas administrativas e o médico se infiltra em diversas instâncias de poder. O médico se torna o grande conselheiro e perito para melhorar o corpo social e mantê-lo em permanente estado de saúde. É a partir daí que surge o que podemos chamar de medicalização da vida, que significa a intervenção médica em todas as instâncias

sociais. A medicina avança em outros domínios como o social e político tendo como ferramenta a regulação como, por exemplo, ao tratar sobre a natalidade ou epidemias (ALMEIDA, 2021).

O saber-poder médico atua tanto no campo disciplinar por meio das instituições como hospitais quanto no campo global agindo na estatização do biológico da população. A vida passa a ser questão central e torna-se um bem supremo. Este é o domínio da biopolítica que conta com o Estado como aparelho regulador e controlador que articula com o poder disciplinar. (ALMEIDA, 2021).

Percebe-se na notícia veiculada sobre o episódio em Bonito o protagonismo da área da saúde explicitando para a população, por meio de especialistas, o que fazer e o que não fazer diante do fenômeno suicídio. E, por meio de normas e estatísticas apresentadas na reportagem, comprova-se o que foi exposto aqui anteriormente: o controle e promoção da vida. Mas e a resposta à pergunta feita anteriormente: Como o poder reage à resistência como a prática do suicídio? Os instrumentos disciplinares de poder atuam de forma constante e discreta como o controle e vigilância. Não se usa o poder pela força, o indivíduo se autorregula.

Foucault (2021) afirma que o poder não tem somente a função da repressão, pois se assim o fosse ele seria frágil. Ele se torna forte no nível do desejo e do saber. No caso deste, o poder, longe de impedir o saber, o produz. Mas o sistema impõe a normalização como princípio de coerção, pois assim é possível a correção dos pequenos desvios de conduta e o suicídio é um dos desvios a serem combatidos, pois vai de encontro à produtividade desejada para cada indivíduo, além de ser um comportamento de difícil rastreamento por parte do Estado (ALMEIDA, 2021). No âmbito da saúde as normas médicas no contexto social e político têm o papel de "patologizar" o comportamento humano, quer dizer, criam categorias no intuito de estabelecer o que é normal e anormal (doença). Dessa forma, facilita-se o controle da população em diversos aspectos como físicos, mentais e sociais (ALMEIDA, 2021).

O controle também é facilitado pelo discurso, Foucault (2021) explana que em qualquer sociedade existem relações de poder múltiplas que caracterizam o corpo social e essas relações de poder não podem funcionar sem uma produção, acumulação e circulação do discurso. Além desse aspecto, Almeida (2021) pontua que o discurso produzido pelo saber-poder é rarefeito, quer dizer, restrito ao conhecimento médico e o que se abre é tão somente com a finalidade de confissão, catalogação e tentativa de previsão do fenômeno para facilitação do seu controle. A ideia é discutir o tema em contexto específico e com restrições de participantes. É o que Foucault chama de ritual, uma troca de informações complexas e codificadas que limita participantes.

Em resumo, Almeida (2021, p. 50) esclarece que: "Disciplina e biopolítica estão concatenadas na produção de sujeitos que se orientam por normas estabelecidas, que tem limitados seu espaço de escolha própria e construção de suas trajetórias." E como dito por Foucault (2021, p. 360): "[...] A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa."

## **5 A ANÁLISE CURRÍCULO-PEDAGÓGICA COMO DESFECHO (À TÍTULO DE CONCLUSÃO)**

Como observado neste trabalho, o suicídio é um fenômeno social que acompanha nossa existência nas mais diversas culturas e épocas. Cada sociedade a seu modo lidou com ele. Mas na contemporaneidade da sociedade ocidental e com o surgimento da pandemia provocada pela Covid-19 houve agravamento nos casos de depressão e ansiedade, que culminaram em ideação e atos suicidas. Diante desse quadro, a proposta aqui apresentada foi de realizar análises sociológicas sobre o tema suicídio, por meio de uma notícia veiculada pela mídia Campo Grande News sobre os suicídios ocorridos na cidade de Bonito, no início do ano de 2023. As análises partiram de marcadores sociais como gênero e idade, mas também, no âmbito da religião com ênfase na história do mundo ocidental cristão. Além disso, foi discutido a prática jornalística com ênfase na mídia digital sul-mato-grossense. Saúde Pública também foi discutida, todos com a finalidade de atingir o objetivo dessa pesquisa, que foi analisar como o suicídio se caracterizou em termos curricular-pedagógicos a partir da imprensa profissional de Mato Grosso do Sul.

Ao longo do trabalho busquei discutir a relação de poder existente que atua sobre os indivíduos e nos grupos de forma intencional ou não. A referida atuação se dá em dois níveis, o disciplinar e o da regulação, produz saber que legitima o poder. A produção de saber, isto é, o aspecto curricular dos dados analisados, foi caracterizada pela área da saúde tendo como vetor a imprensa sul-mato-grossense. Outra característica importante observada foi o fato de a regulação tornar a morte um assunto privado e oculto capaz de, inclusive, se transformar, pedagogicamente, em um escape do poder. A citada regulação é representada na reportagem por meio das respostas dadas pela prefeitura da cidade sobre os casos suicidas. O controle estatal que se quer dar deve ser total, o suicídio é transgressor na medida que o indivíduo não segue as normas ou orientações que lhes são apresentadas como, por exemplo, procurar os CAPs que são ofertados para a população. O suicida subverte ordens médicas, portanto, comportamento que deve ser censurado. Esta é a análise que prevalece e não a possibilidade de o ato ser de resistência dentro da relação de poder ou um ato individual consciente de quem já "morreu socialmente".

O saber-poder produzido se fez aqui presente e nos foi apresentado ao observar as características existentes nos discursos por meio do currículo e da pedagogia cultural. O currículo como o responsável por produzir saberes, valores, moral e verdades que, por conseguinte, produziu e regulou sujeitos sociais. Como explorado neste trabalho, a religião por

meio da Igreja, produziu saberes ao longo de séculos. A área da saúde, por meio de suas autoridades (médicos) e instituições (hospitais), também produziu saberes que foram disseminados na nossa sociedade. Assim, o currículo em questão traz elementos tanto religiosos-morais como do campo normativo da saúde. Por sua vez, a imprensa representou a instituição que colaborou para a difusão desse saber (currículo) e do modo que ele se coloca em circulação (pedagogia). Isto posto, o currículo-pedagógico aqui analisado me permitiu identificar a produção de significados e o modo que, ao longo do tempo, isso foi sendo ressignificado e problematizado a partir das relações de poder.

Com relação às características encontradas na pedagogia que é responsável em definir o quando e o quê ensinar para determinar suas verdades, observou-se que ela ao produzir subjetividades o fez por meio da diversidade não no intuito de criar diferenças, mas criar normas que vão atuar para formar estereótipos e preconceitos. A pedagogia encontrada no artefato cultural aqui analisado criou padrão e produziu identidades. O jornalismo, nesse caso, se contentou em apenas ser um amplificador de um discurso de verdade que foi produzido dentro das relações de poder caracterizadas por um currículo-pedagógico. O suicídio não pode ser mais visto tão somente como um desvio de conduta que fere alguma normatização, portanto, sendo, apenas, "patologizado" e, por ser de difícil controle, o Estado não pode mais se omitir ao problema, quer dizer, controla o que pode. Já o que não pode, se torna ausente ou reativo como visto na reportagem em que o Estado só agiu depois dos atos suicidas consumados. Essa forma de reagir e não prevenir é uma prática pedagógica do Estado.

Por fim, por ser um problema complexo e multifatorial, para o suicídio não existe resposta simples, assim sendo, não foi finalidade dessa pesquisa apontar qualquer solução. A proposta foi de trazer reflexões sobre o tema sob um ponto de vista sociológico. A partir desse entendimento a contribuição deste trabalho foi no intuito de colaborar para a desmistificação do suicídio discutindo o tema à luz do dia.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alexander Moreira de. Religião e comportamento suicida – a cultura da morte. O suicídio e sua prevenção. *In*: MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang (coord.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 53-60.
- ALMEIDA, Flávia Andrade. **Suicídio e medicalização da vida – reflexões a partir de Foucault**. Curitiba: CRV, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Comportamento suicida**: conhecer para prevenir - dirigido para profissionais de Imprensa. Rio de Janeiro: [s.n.], 26 p. 2009. Disponível em: <https://repositorio.observatoriodocuidado.fiocruz.br/handle/handle/2516?show=full>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio**: informando para prevenir. São Paulo: Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio: CFM/ABP, 2014. Disponível em: <https://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=14#page/2>. Acesso em: 10 set. 2022.
- AUTOESTIMA baixa e ansiedade: saúde mental de jovens é pior que de outros grupos, aponta estudo. **BBC News Brasil**, Londres, 04 ago. 2023. Caderno Saúde. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg7lg4r6g5o>. Acesso em: 5 ago. 2023.
- BARBAGLI, Marzio. **O suicídio no Ocidente e no Oriente**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BERTOLOTE, José Manoel. O suicídio e sua prevenção. *In*: MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang (coord.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 193-205.
- BERTOLOTE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BODART, Cristiano. Tabu: Você sabe o que é? Conceito, características e objetivos. **Café com sociologia**, Campo Maior, 2 set 2015. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/voce-sabe-o-que-e-tabu/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BORTOLAZZO, Sandro Faccin. Os usos do conceito de pedagogias culturais para além dos oceanos: uma análise do contexto Brasil e Austrália. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 315–336, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8674>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- BRASIL. Lei 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 81, p. 1, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cgpnas/atos-normativos/lei-no-13-819-de-26-de-abril-de-2019.pdf/view>. Acesso: 3 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico** n.33, v.52. Brasília: 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view). Acesso em: 10 set. 2022.

CARNEIRO, Júlia Dias. Nordeste e Sul são últimos 'bastiões' católicos do Brasil. **BBC NEWS Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2012. Notícias. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\\_mapa\\_religioes\\_jc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_mapa_religioes_jc). Acesso em: 9 jun. 2023.

CASSORLA, Roosevelt Moises Smeke. **Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução**. São Paulo: Blucher, 2017.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CAVALCANTI, Isabela. Onda de suicídios assusta população de cidade turística de MS. **Campo Grande News**, Campo Grande, 07 jan. 2023. Caderno Comportamento. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/onda-de-suicidios-assusta-populacao-de-cidade-turistica-de-ms>. Acesso em: 9 jun. 2023.

DAPIEVE, Arthur Henrique Motta. **Morreu na contramão: o suicídio como notícia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de Sociologia**. Tradução de Mônica Stahel. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FAIRBAIRN, Gavin. **Reflexões em torno do suicídio: a linguagem e a ética do dano pessoal**. Tradução de Atílio Bruneta. São Paulo: Paulus, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GRANDO, Carolina Pompeo. O suicídio na pauta jornalística. **Observatório da Imprensa**, Florianópolis, 29 jun. 2010. Diretório Acadêmico. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-suicidio-na-pauta-jornalistica/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HILLMAN, James. **Suicídio e alma**. Tradução de Sonia Maria Caiuby Labate. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. Tradução de Carolina Parreiras e Beatriz Accioly Lins. **Cadernos de Campo**, São Paulo, vol. 29, n.2, p.1-42, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 24 jun. 2023.

HWANG, Esther. **Suicídio por contágio e a comunicação midiática**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.47.2018.tde-16052018-193038. Acesso em: 25 abr. 2022.

KURCGANT, Daniela; WANG, Yuan Pang. Aspectos históricos do suicídio no Ocidente. *In*: MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang (coord.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 37-52.

LAGE, Nilson. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**. Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LÖWY, Michael. Um Marx insólito. *In*: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p.13-20.

LYNCH, Richard. A Teoria do Poder de Foucault. *In*: TAYLOR, Dianna (ed.). **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 23-40.

MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang (coord.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.

MINOIS, Georges. **História do suicídio**: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEGREIROS, Regina. Entre a cruz e a espada. **Política por Elas**, Paraíba, 23 jul. 2022. Redação. Disponível em: <https://m.politicaporelas.tv.br/colunas/entre-a-cruz-e-a-espada/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - BRASIL 2017-2021**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ação de Saúde Pública para a prevenção de suicídio**: uma estrutura. Genebra, 2012. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/documento-suicidio-traduzido.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Plano de Ação de Saúde Mental 2013-2020**. Genebra, 2013. Tradução de Maria Isabel da Silva Monteiro Dias. Disponível em: <https://osf.io/gdvr4>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do Suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra: WHO, 2000. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-MSD-MER-17.5>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Uma em cada cem mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS.** OPAS, Washington D.C., 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2021-uma-em-cada-100-mortes-ocorre-por-suicidio-revelam-estatisticas-da-oms#:~:text=Uma%20em%20cada%20100%20mortes,Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%2DAmericana%20da%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção.** OPAS, Genebra, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao#:~:text=OMS%20destaca%20necessidade%20urgente%20de%20transformar%20sa%C3%BAde%20mental%20e%20aten%C3%A7%C3%A3o,-17%20Jun%202022&text=Genebra%2C%2017%20de%20junho%20de,desde%20a%20virada%20do%20s%C3%A9culo..> Acesso em: 01 ago. 2023.

RIGUE, André. Brasil lidera casos de depressão na quarentena, aponta pesquisa da USP. **CNN Brasil**, São Paulo, 8 fev. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-lidera-casos-de-depressao-na-quarentena-aponta-pesquisa-da-usp/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ROCHA, Mylena. Tabu no jornalismo, suicídio deve ser abordado com cuidado em MS para evitar gatilhos. **Midiamax**, Campo Grande, 17 set. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2021/tabu-no-jornalismo-suicidio-deve-ser-abordado-com-cuidado-para-evitar-gatilhos-em-ms/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. *In:* \_\_\_\_\_ (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 2013. p. 185-201.

TAYLOR, Chloë. Biopoder. *In:* TAYLOR, Dianna (ed.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais.** Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 58-75.

TAYLOR, Dianna. Poder, liberdade e subjetividade. *In:* \_\_\_\_\_. **Michel Foucault: conceitos fundamentais.** Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 9-19.

TELLAROLI, Taís Marina. Atualização de notícias em dois portais locais de informação de Campo Grande, MS. **Caligrama (São Paulo. Online)**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64727>. Acesso em: 9 maio. 2023.

TELLAROLI, Taís Marina. **Gestão da informação no jornalismo on-line: estudo do portal Campo Grande News.** 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Bauru – SP, 2007

TRIGUEIRO, André. **Viver é a melhor opção: a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo.** 5. ed. São Bernardo do Campo, SP: Correio Fraternal, 2018.

WANG, Yuan Pang; MELLO-SANTOS, Carolina de; BERTOLOTE, José Manoel. Epidemiologia do suicídio. *In*: MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang (coord.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 97-108.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Figures and facts about suicide**. Genebra, 1999.

Disponível em:

[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66097/WHO\\_MNH\\_MBD\\_99.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66097/WHO_MNH_MBD_99.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 2 jul. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide**: a global imperative. Genebra, 2014. Disponível: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/131056>. Acesso em: 24 jul. 2023.